

# COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 2.511, DE 2015

Isenta do IPI computadores pessoais, smartphones, tablets, notebooks, modems, seus acessórios e afins, quando adquiridos por professores em exercício e estudantes matriculados em instituições públicas de ensino.

**Autor:** Deputado **ALEXANDRE BALDY**

**Relator:** Deputado **LOBBE NETO**

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.511, de 2015, de autoria do nobre Deputado Alexandre Baldy, tem por objetivo isentar do imposto sobre produtos industrializados (IPI) os computadores pessoais, smartphones, tablets, notebooks, modems, respectivos acessórios e afins adquiridos por professores em exercício e estudantes matriculados em instituições públicas de ensino.

A proposição utiliza a Tabela de Incidência do IPI (TIPI), estabelecida pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, para caracterizar os aparelhos que poderão ser isentos do referido imposto.

Nos termos da iniciativa, a isenção do IPI aplica-se aos bens produzidos no país e somente poderá ser utilizada uma vez a cada dois anos, mediante prévia verificação de que o requerente preenche os requisitos previstos.

A matéria tramita sob rito ordinário, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno desta Casa.

Nesta Comissão de Educação, não foram apresentadas emendas aos Projetos no prazo regimental.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

O uso de recursos tecnológicos como computadores, notebooks, tablets e smartphones como ferramentas de apoio a professores e alunos têm sido cada vez mais frequente dentro e fora da sala de aula. Se bem utilizados, estes recursos podem contribuir em muito para amparar o trabalho do professor no desenvolvimento de conteúdos mais abstratos, por exemplo, tornando-os mais atraentes, e fazer com que o aluno desenvolva novas habilidades e adote uma postura mais engajada nos estudos.

Ocorre que o preço da tecnologia ainda é alto para os nossos estudantes e professores, especialmente aqueles das escolas públicas que, via de regra, possuem menor poder aquisitivo. Nesse sentido, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que institui o Programa de Inclusão Digital, veio facilitar o acesso aos produtos de informática e smartphones por meio da isenção das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo destes itens.

Inicialmente, o Programa de Inclusão Digital vigoraria até 31 de dezembro de 2014, tendo sido prorrogado, pela Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, até 31 de dezembro de 2018. Porém, a Medida Provisória nº 690, editada em 31 de agosto último passado, revogou esta prorrogação, estabelecendo que, após dez anos de isenção, os computadores, smartphones, notebooks, tablets, modems e outros passem a pagar a alíquota cheia de PIS/Cofins a partir de 1º de janeiro de 2016.

Nesse sentido, a iniciativa do nobre Deputado Alexandre Baldy vem, em boa hora, assegurar que os professores e estudantes das redes públicas de ensino tenham acesso facilitado a ferramentas que podem fazer a diferença no processo ensino-aprendizagem, e com a emenda apresentada, estendemos este benefício também aos professores e estudantes das instituições privadas de ensino. Acerca da conveniência da isenção tributária pretendida pela iniciativa, melhor dirá a douta Comissão de Finanças e Tributação, também incumbida da análise do mérito.

Diante do exposto, no mérito educacional, o voto é pela aprovação do PL nº 2.511, de 2015, do Deputado Alexandre Baldy, com emenda.

Sala da Comissão, em 20 de novembro de 2015.

**Deputado LOBBE NETO**

Relator

# COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 2.511, DE 2015

Isenta do IPI computadores pessoais, smartphones, tablets, notebooks, modems, seus acessórios e afins, quando adquiridos por professores em exercício e estudantes matriculados em instituições públicas de ensino.

### EMENDA Nº 1

Na ementa e no art. 1º do projeto, substitua-se as frases “*instituições públicas de ensino*” e “*instituições de ensino mantidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios*” pela frase “***instituições públicas e privadas de ensino***”.

Sala da Comissão, em 20 de novembro de 2015.

**Deputado LOBBE NETO**

Relator